



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAD/CONAB

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às 9h, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do artigo 16, inciso 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença da senhora Maria Emília Mendonça Pedroza Jaber, Presidente do Conad e dos demais conselheiros: Rubens Rodrigues dos Santos, Caio Tibério Dornelles da Rocha, Tânia Mara Garib, Tatiana Lipovetskaia Palermo e Cleiton dos Santos Araújo, além de Luiz Antonio de Castro, Chefe do Gabinete da Presidência, secretariando os trabalhos. Participaram, ainda, o Sr. Paulo Grazziotin – Auditor Chefe, Sra. Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Auditora Interna, Sr. Rafael Ferreira Fontes, Superintendente de Controladoria de Riscos - Sucor, Sras Patricia Dias Vieira e Rogéria de Melo, Procuradora-Geral Substituta e Assistente da Consultoria Jurídica, respectivamente e ainda a Gerente da Gerência de Processos Especiais – Gepre, Sra. Pollyana Mendes F. Alves. Dando início a ducentésima sexagésima quinta (265ª) reunião ordinária do Conselho de Administração da Conab, a Presidente cumprimentou os presentes e, em seguida indagou aos membros do Conselho da existência de apontamentos sobre a minuta da ata da 264ª reunião ordinária do Conad. Não havendo nenhuma manifestação a Ata foi assinada e, a Presidente passou ao exame dos itens constantes da pauta a saber: 1) **Acompanhamento dos Atos da Administração e Controle. 1.1. Exame das atas das reuniões da Diretoria Colegiada, destacando assuntos mais relevantes, com comentários. 1.1)** Atas das 1201ª à 1205ª reuniões da Redir, onde foram destacados os seguintes itens: **a)** a Conselheira, Sra Tânia Garib, registrou que ao analisar as atas constatou que itens são discutidos pela Diretoria Colegiada e não existem encaminhamentos concretos. Foi esclarecido pelo Sr. Rubens Rodrigues, que são comunicados de um Diretor aos outros e que muitas vezes não são assuntos de encaminhamento; **b)** Ata nº 1203ª; **b.1)** atrasos na contratação de serviços de frete, por indisponibilidade de recursos orçamentários. Indagou como funciona essa questão de orçamento para contratação de frete. O Sr. Rubens Rodrigues esclareceu que toda decisão é do MAPA, através do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos – CIEP, presidido pela Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e, composto pela Casa Civil, Ministério do Planejamento e MDA, com reuniões mensais. Este Conselho define de onde o produto será retirado e para qual região será transportado, definindo o quantitativo para cada Estado, bem como a unidade armazenadora da Conab, produto destinado à venda balcão. A Conab apenas elabora os avisos de frete e a sua publicação. Os leilões, para a contratação, são realizados pelas Bolsas de Mercadorias. A Presidente solicitou que a Conab prepare, para a próxima reunião, apresentação da área responsável, visando oferecer maiores informações de como é realizado o planejamento. Indagou também, o porquê de não se realizar uma única licitação para o exercício ao invés de um pregão eletrônico para cada frete, uma vez que esta atividade é uma rotina para Companhia. Outra indagação da Sra. Maria Emília é como a Conab trabalha a questão de licitação,



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

objeto da Lei para Micros e Pequenas Empresas, onde um percentual de 30% é destinado a dar prioridade as pequenas empresas. Existe algum critério de distribuição por classe, por categoria? Esta indagação é devido as constantes reclamações recebida pela Ministra das Associações, Cooperativas que gostariam de participar do certame. O Sr. Rubens Rodrigues informou que a oportunidade é para todos, mas que não se pode contratar por limitação legal e, que nem as empresas privadas estão contratando pessoas físicas. Retomando a palavra, a Sra. Tânia Garib, se referindo ainda sobre registro na Ata da 1203ª da Redir, solicitou o seguinte encaminhamento: item 1: Auditoria Especial – atrasos na contratação de serviços de fretes por falta de disponibilidade orçamentária. Depois segue de uma explicação que não procede, pois o que realmente ocorreu com o atraso foi por questões de logística operacional e problemas advindos dos armazéns depositários. Considerando ser registro de Ata e, a mesma ser um documento público, a informação de falta de recursos orçamentários por alguma área da Conab, questiona se essa área não deveria ter consultado todas as razões, efetuado uma avaliação total, para então, efetuar o seu juízo da questão? Instado a se manifestar, o Sr. Rubens Rodrigues informou que a Conselheira deve ter se equivocado, efetuando um pré-julgamento sem conhecer o processo. Com a apresentação da área responsável, para a próxima reunião, isso ficará esclarecido. O que ocorreu foi que o Diretor de Operações e Abastecimento solicitou que se consignasse em ata, na íntegra, o documento. Em seguida registrou-se a contraposição do Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização informando que em nenhum momento faltou recurso para operacionalizar o frete. A Presidente do Conselho solicitou que a Conab, na próxima reunião, prepare apresentação, para que este possa ter acesso e conhecimento de toda a dinâmica de contratação da área de logística da Conab. O Sr. Rubens Rodrigues informou que já trouxe para o Conad, diversas situações que dependeriam de ações por parte do CIEP, inclusive sobre o milho para o Nordeste. O CIEP é quem define todas as ações de onde comprar, como comprar e o que remover e, a Conab só pode executar depois que as Atas do CIEP são publicadas. O Sr. Paulo Graziottin informou que já foi realizada Auditoria Operacional na área de remoção, com parceria com o TCU, por solicitação do Conad. Nesse trabalho consta todo o mapa de processo, sugestões, análise sobre economicidade, eficiência, e que irá providenciar cópia desse trabalho, para a Presidente do Conselho, visando o conhecimento. Informou ainda, que diante de pleito de caminhoneiros para participar de certames, foi efetuado consulta a Agência Reguladora respectiva, sobre a possibilidade de contratá-los e, naquela época, nos foi informado de que não poderia. Destacou também, que foi ventilado, quando da elaboração da Auditoria de Natureza Operacional – ANOP, a possibilidade de se realizar pregão eletrônico, junto com registro de preço. Em que pese a Lei Complementar 123 que afirma como um princípio da regionalização, prevendo os pequenos e médios empresários, a prática de Sistema do Comprasnet do Governo Federal, o sistema não está adaptado para isso. A Presidente do Conselho se manifestou dizendo que existem muitas críticas sobre a condução do processo, motivo pelo qual solicitou a apresentação da área de logística e de estocagem. Após conhecimento desses processos poderá se propor uma mudança, ajuste ou melhoria do processo. Outro apontamento verificado em ata é a quantidade de convênio e contratos que não estão sendo lançados na ferramenta eletrônica de monitoramento e



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

controle existente na Companhia. A Sra Eugênia informou que os responsáveis por alimentar esse sistema, na sua maioria, são das Regionais e, que a Audin já constatou que estas informações não estão sendo atualizadas. A Sra. Tânia Garib frisou ser importante receber essas informações, uma vez que os Conselheiros precisam dominar a dinâmica do que ocorre na Companhia, embora seja um módulo extremamente complexo, mas também precisam ter informações diversas das áreas da Conab. Sugeriu aos demais Conselheiros para que em cada reunião do Conad se faça apresentação de uma área da Conab. O Sr. Rubens Rodrigues propôs que, primeiramente, se faça uma apresentação, aos novos Conselheiros, de um trabalho elaborado e já apresentado na gestão anterior do Conad. Nessa apresentação os demais Conselheiros terão conhecimento de todas as áreas o que será bastante esclarecedor. Após essa apresentação o Conad pode definir qual a área deseja ouvir e conhecer. A Presidente sugeriu que esta apresentação seja realizada no MAPA com a presença de todos Conselheiros e pediu ao Sr. Rubens Rodrigues que providencie o agendamento. A Sra. Tânia Garib deu o segundo encaminhamento, solicitando que a Conab apresente uma lista das necessidades junto ao CIEP, para ser apresentada a esse Conselho, em sua próxima reunião. A Sra Maria Emilia solicitou acesso ao edital de licitação de frete, bem como para os demais Conselheiros e, por ocasião da apresentação do Diretor da Dirab ou do Superintendente da área, seja elaborado um fluxo de todo o processo, desde sua saída até a sua estocagem, bem como do processo de distribuição, para que o Conad possa prestar maiores colaborações. Na Ata da 1201ª Redir, ressaltou sobre o registro relativo ao ICMS devido ao Governo do Estado do Mato Grosso. Solicitou que a Diretoria verifique se a origem dos débitos, dados das ocorrências por data de incidência, e se os valores, na visão da Companhia, são realmente devidos, informando ainda, em que estágio o processo se encontra. O Sr. Rubens Rodrigues esclareceu tratar de várias ações e que, por ocasião de mudança do Governo do Estado ou na Conab, este assunto sempre volta à tona, com o Governo do Estado do Mato Grosso querendo receber. A área técnica entende que pode existir algum saldo residual, mas não se sabe o valor. Informou ainda, que por ocasião de sua posse na Conab, esteve na Casa Civil e propôs a criação de um grupo, composto de técnicos da Conab e da Secretária da Fazenda para apurar esses valores, com vistas a realizar um acerto de contas, mas que o Governo do Estado não está disposto. Penhoraram quase todas as unidades da Companhia em Mato Grosso, por conta dessa dívida. Trata-se de uma dívida antiga, mas que precisa ser resolvida. A Sra Eugênia complementou informando que na verdade foram notificações que o Estado de Mato Grosso fez a Conab na década de 1990, sob o argumento de que o ICMS devido é das operações de saída de produto, quando a Conab os adquiriu por meio da PGPM. A Conab paga e ao mesmo tempo credita o valor do ICMS. Quando ocorre a saída do produto muitas vezes ele é isento de imposto, ou não tributado, ou ainda, sai com diferimento ou com prejuízo para a Companhia. Significa dizer, que a Conab não consegue aproveitar esses créditos na saída do produto. A legislação do ICMS, a grosso modo, diz que o produto quando sai sem o imposto a Conab deve extornar esse crédito na entrada, já que não é possível compensar e que isso não estava sendo feito naquele Estado. Por essa razão foi notificada. São cinco ou seis autos de infração, que gerou discussão na esfera administrativa, e que foi o próprio Estado de Mato Grosso que ingressou com as ações



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

judiciais contra a Conab. Estas ações vêm se arrastando desde 1990 e ainda não houve uma decisão final sobre as mesmas, cujos valores são significativos. A Presidente solicitou trazer para a próxima reunião informações desse processo, com vistas a buscar ajuda junto ao corpo técnico de advogados da AGU, do MAPA e também do Ministério do Planejamento, para uma orientação sobre a negociação. Manifestando-se sobre o assunto, a Sra Pollyana informou que por ocasião de suas últimas manifestações acerca do assunto, posicionou-se sobre a realização de uma câmara de conciliação interministerial, com representantes do Governo do Mato Grosso, da Conab, dos Ministérios envolvidos, da AGU e da PGFN, que o Jurídico entende ser a melhor solução, o que foi corroborado pelo Auditor Chefe. Assim a Presidente do Conad reforçou a solicitação para apresentação de uma Nota Técnica relativa ao processo e também de uma decisão do que a Conab recomenda. A Sra Tatiana Palermo comentou sobre os apontamentos em atas, relativos as questões de limites orçamentários, de enquadramentos, solicitações de viagens, pendências relativas aos adiantamentos de viagem. Em relação a esse apontamento, o Sr. Rafael Fontes prestou os esclarecimentos, informando que o assunto já foi discutido com o MAPA e essas questões são tratadas como rotineiras na Companhia. A Sra Tânia Garib comentou ainda, sobre o registro referente às questões de TI. O Sr. Rubens Rodrigues esclareceu que há alguns anos a Conab tem conseguido manter o parque de informática atualizado graças aos recursos que o MDS repassa para a Companhia e, que é preciso que o MAPA se sensibilize mais para essa questão. Em relação ao registro da reunião com o Banco do Brasil, Casa Civil e MAPA o Sr. Caio Rocha indagou ao Presidente da Companhia, Sr. Rubens Rodrigues, se aconteceu, pois ele estava indicado para participar e não recebeu o comunicado. Instado a se manifestar Sr. Rubens Rodrigues informou que a reunião foi realizada e que a convocação partiu da Casa Civil, onde o MAPA foi representado pelo Sr. André Nassar. A Presidente do Conselho indagou se houve encaminhamento de assuntos. O Sr. Rubens Rodrigues esclareceu que os encaminhamentos que couberam a Conab já foram enviados ao MAPA, para a Sra Ministra de Estado, e o MAPA ficou responsável de enviar à Casa Civil. A Sra. Maria Emilia se manifestou dizendo que essa iniciativa não deve ser somente por parte da Casa Civil, é necessário que seja criada uma Comissão, enquanto instituição, considerando que o BB não está cumprindo com os prazos e nem com suas obrigações e a responsabilidade termina sendo da Conab. Necessita-se criar essa Comissão com a orientação do Departamento Jurídico, para que ela pressione o Banco do Brasil. Informou ainda que foi alocado, novamente, o orçamento para o Plano Nacional de Armazenagem em 2016 e que não pode ocorrer novamente esses atrasos. O Sr. Rubens Rodrigues acrescentou ser importante a participação da Secretária Executiva do MAPA nessas reuniões. Informou também, que a Secretária de Acompanhamento e Monitoramento – SAM/MP realiza reunião mensal com a participação do Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Casa Civil, MAPA e Conab.

1.2) Exame das Atas das reuniões do Conselho Fiscal, destacando os assuntos mais relevantes, com comentários.

1.2.1) Ata das 239ª e 240ª reuniões do Confis. O Sr. Caio Rocha indagou sobre o que ainda existe de pendência em relação as solicitações do Confis e, quando serão dirimidas essas pendências. O Sr. Rafael Fontes esclareceu que mensalmente são atendidas demandas do Conselho Fiscal, mas que existem algumas bem antigas, e que a Conab já se colocou a

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

disposição do Confis para os esclarecimentos, aguardando o mesmo definir uma reunião para discutir essas questões. A Presidente do Conad solicita que o Confis agende reunião extraordinária, para que todas as informações solicitadas sejam repassadas com urgência. A Sra. Tânia Garib indagou se a Conab ainda se encontra no CADIN. O Sr. Rafael informou que essa questão se refere ao recolhimento de tributos federais e que é a nível federal. Caso ocorra algum recolhimento com valor diferente ou até mesmo por atraso no recolhimento, automaticamente, a Conab é inscrita no CADIN. Em relação à Ata da 240ª reunião ordinária, item 2.3.5, a Presidente ressaltou: " inciso d – *Recursos Fiscais - DARF a emitir (106): regularizar o saldo da conta, atentando-se quanto ao recolhimento, se for o caso, dos valores pendentes de 2011 e 2012. Em caso de obrigatoriedade de recolhimento dos valores deverá ser verificado a quem atribuir o ônus quanto às multas e juros pelo atraso*", e o "inciso "e" – *PIS/PASEP (109): constatado o pagamento de R\$20.940,48 a título de juros e multa por atraso no pagamento do principal. Deverá ser analisado o processo e no caso de o atraso não ter sido motivado por indisponibilidade financeira, deverá ser imputada responsabilidade a quem deu causa*". O Confis recomendou a Diretoria Colegiada da Conab adoção de providências urgentes para o saneamento dos débitos, bem como análise e apuração de responsabilidade, caso seja constatado a culpabilidade de empregado pelo não recolhimento dos valores devidos ao Erário, bem como dos pagamentos efetuados em atraso, se for o caso. A Sra. Eugênia informou que este apontamento constou de Relatório de Auditoria de Balanço, mas que neste momento não tem informação se a área já prestou as informações necessárias à Auditoria, uma vez que existe um prazo para resposta, visando a análise do Auditor. A Presidente do Conselho ratifica e solicita orientação da Diretoria Executiva, para que providencie urgente o saneamento dos débitos, bem como proceder à análise de apuração de responsabilidade. O Sr. Rubens Rodrigues informou que primeiramente a Diretoria precisa se manifestar em relação ao apontamento da Auditoria para depois proceder a apuração de responsabilidade, pois existe prazo normativo para resposta. Será convocado para a próxima reunião o responsável pela área Contábil para prestar as informações. **2) Fiscalização da Gestão da Diretoria executiva (Informações da Auditoria Interna e outros órgãos). CI Audin nº 270/2015.** - A Presidente informou que será solicitado uma reunião extraordinária, para que a Audin faça apresentação, sucinta, do relatório. **3) Acompanhamento da execução da orientação geral dos negócios da empresa. 3.1) Processo nº 21200.001072/2014-00 – Proposta de alteração das atribuições da Gerência de Movimentação de Estoques - Gemov e Gerência de Programação em Logística - Gelog.** O Sr. Luiz Antônio informou que foi proposto pelo Superintendente e o Diretor da Área ajuste de atribuições nestas áreas, sem nenhum ônus. O assunto foi submetido à Diretoria Colegiada, através de Voto, sendo aprovado por unanimidade, mas tendo em vista que estes ajustes terão reflexos no Regimento Interno, o Conad tem que aprovar. Atualmente estamos trabalhando com revisão de processos no âmbito da Companhia e este é um caso, em que algumas atribuições precisam ser ajustadas. O Estatuto é o normativo mais rígido e o Regimento Interno tem que ser mais flexível e que conste todas as alterações efetuadas. O Conselheiro Sr. Caio Rocha, sugeriu que, como foi solicitada uma apresentação dessa área, que a aprovação ou não seja feita posteriormente. A Presidente do Conad solicitou ao



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Conselheiro Sr. Cleiton Araújo, considerando que não houve tempo hábil para uma leitura mais detalhada do processo, que fizesse uma análise dele para a próxima reunião. A Conselheira Sra Tatiana Palermo, se manifestou dizendo que não constatou nenhuma manifestação da área Jurídica, uma vez que cabe ao Jurídico examinar os normativos administrativos, zelando no âmbito da sua competência pela uniformidade de entendimento Jurídico. O Conselheiro Sr. Rubens Rodrigues informou que isso é uma atividade de Controle Interno e não da área Jurídica. A Presidente disse que o parecer jurídico é uma solicitação do Conselho, e sendo um direito do Conselho, cabe a Diretoria Colegiada atender. O Conselho decidiu e determinou que antes de submeter à aprovação do Conad, o processo deve ser encaminhado à Cojur para análise e manifestação, dando um respaldo maior aos Conselheiros na sua aprovação. Após uma análise do processo, pelo Conselheiro Sr. Cleiton, este constatou tratar-se de uma alteração da vida administrativa e de uma melhor organização da Companhia e que não existe grandes mudanças, até porque estes ajustes vêm sendo discutidos desde 2014, estando o processo bem instruído. A Presidente após ouvir os demais Conselheiros, permaneceu com o encaminhamento de manifestação pela Cojur. **3.2) CI Suofi nº 855/2015 – Considerações acerca da posição de endividamento da Companhia, de curto prazo.** Após leitura do documento, a Presidente solicitou uma maior explicação. A Sra Eugênia esclareceu que essa discussão do endividamento já vem há um bom tempo, e o que esta CI constata é que o montante maior, mais de R\$ 2 bilhões de reais que esta em nosso passivo, como empréstimo e financiamento de curto prazo, refere-se aos repasses que o Tesouro faz para a Conab, para executar a PGPM, recursos estes que passam pelo MAPA. No passado era uma dívida, porque havia um agente financeiro, o Banco do Brasil, que intermediava essa operação. O Tesouro financiava para o Banco que refinanciava para a Conab. e, o estoque que a Conab adquiria era a garantia desse empréstimo. Em 2004 houve uma mudança no processo, com a saída do Banco do Brasil e esses recursos passaram a ser transferidos diretamente para a Conab, via MAPA, deixando de ser uma dívida, mas continuando a ser uma obrigação. A Conab recebe o recurso, registra no passivo, por outro lado o Tesouro tem uma conta de igual valor no ativo, a Conab compra o produto que fica em nosso estoque, que é a garantia dessa dívida. Quando a Conab vende o produto o recurso retorna ao Tesouro e a Companhia efetua a baixa contábil dessa dívida, pelo repasse do recurso por ocasião da venda e, se porventura essa venda tenha sido feita com prejuízo, este é equalizado pelo Tesouro, autorizando baixar a diferença que seria o prejuízo na operação. A Presidente perguntou sobre quais são as fontes de arrecadação da Conab, além da fonte 100. O Sr. Rafael Fontes informou que para as operações oficiais de crédito é 160 e para os casos de doações de produtos, o valor é equalizado e baixado contabilmente. A fonte 352 é de valores que a Conab precisa desembolsar, custeio. A Presidente do Conab considerou que essas dívidas são confortáveis mas, porém, que a Conab esteja atenta a não deixar que tenha nenhuma dívida vencida e que venha a prejudicar esforços da Companhia. **4) Acompanhamento de contratos e convênios celebrados ou em vias de celebração pela empresa. CIs Gecot nºs 123 e 136, de 27/7/2015 e 12/8/2015, respectivamente, referentes aos meses de maio, junho e julho/2015.** A Sra. Tatiana Palermo ressaltou que em relação ao título deste item, entende que deva ser contratos e convênios celebrados, excluindo a expressão "ou



em vias de celebração". Outro registro é sobre contratos e se referiu a CI Circular nº 51, de 19/2/2015, informando que em reunião do Confis, de 15/1/2015, foram detectadas inconsistências nos dados emitidos nos relatórios do SISCOT, com informações repetidas e incorretas no sistema de contratos. Solicita ainda, que além de manterem o sistema devidamente atualizado, realizem, também, uma conferência mensal das informações constantes, concernentes aos contratos sob a sua gestão. O que parece mais crítico é que a Cojur deveria ser mais acionada. A Presidente disse já ter enfatizado a importância de fazer o lançamento dos contratos e convênios no sistema, solicita que a Diretoria esteja atenta na cobrança da atualização do SISCOT, que é de fundamental importância. O Sr. Luiz Antônio informou que a pauta será ajustada, em relação ao título. A Sra Tânia Garib indagou se existe prazo para atendimento aos itens solicitados pelo Confis, pois detectou na Ata de julho que de dez itens solicitados pelo Conselho sete não foram entregues. O Sr. Rafael informou que o prazo é até a próxima reunião do Confis, mas que ocorre de alguns assuntos demandarem de um prazo maior para resposta. A Sra Tânia enfatizou sobre o relatório de março que não foi enviado. O Sr. Rafael esclareceu que o tem referente ao orçamento, houve atraso na entrega relatório, devido à mudança do SIAFI. A Sra Tânia Garib argumentou parecer uma falta de comprometimento com o Conselho. A Presidente fez considerações ao Conselho Fiscal, solicitando que o Confis peça esclarecimentos, através de uma reunião de diálogo e que não conste somente em Ata os motivos de cobrança e monitoramento. Pediu também para que haja uma maior aproximação do Confis com os gestores, a exemplo do que está ocorrendo com o Conad. Após discussão sobre a falta de lançamento das informações de contratos no SISCOT, a Presidente determinou para que a Conab baixe uma portaria dando prazo de 30 (trinta) dias para que os responsáveis alimentem o sistema, para uma total transparência. **5) Acompanhamento da execução orçamentária e investimentos da empresa.** Nada foi apresentado ao Colegiado. Foi sugerido pelas Sras Tânia e Tatiana a retirada de pauta dos itens 5 e 6, considerando que em relação ao item 6 acabaram de receber as informações e não tiveram tempo de conhecer. **6) Outras Atividades. 6.1) Acompanhamento e controle das pendências, inclusive quanto a recomendações de órgãos de fiscalização e controle. a) Unidade Armazenadora de Uberlândia** – nada foi apresentado; **b) Armazém Renascença** – nada foi apresentado; **c) Empresa SPAM** – nada foi apresentado; **d) Plano Nacional de Armazenagem.** O Sr. Rubens Rodrigues informou que este é um item para conhecimento, pois trata-se de assuntos de acompanhamento mensal pela Diretoria Colegiada, considerados relevantes, processos de ações na justiça. **7) Assuntos Gerais. 1)** A Sra. Maria Emilia fez um apontamento ao Conselheiro Cleiton Araújo, para verificar com o Diretor Sr. Murilo Barella/DEST, se ele poderia participar da reunião para apresentar o andamento dos processos relativos as pendências da área de pessoal. O Sr. Cleiton informou que como já havia se comprometido na reunião passada, o Diretor do DEST viria nessa reunião, mas considerando que esse mês de agosto no Ministério do Planejamento é atípico, onde todas as áreas estão empenhadas com o processo orçamentário, só poderá estar presente na próxima reunião. **2)** O Sr. Rubens Rodrigues, aproveitando que o Diretor do DEST virá a Conab, solicitou ao Conselheiro Cleiton para discutir e sensibilizar o Sr. Murilo, sobre a questão de um PDV diferenciado para a Companhia, em vista de todos os motivos já



expostos anteriormente. 3) Foi entregue a Conab correspondência dos Conselheiros Caio Rocha, Tatiana Palermo e Tânia Garib solicitando informações das ações implementadas com vistas à superação definitiva dos problemas identificados em auditorias. 8) **Extra pauta:** 1) **Apresentação do Cibrius.** Considerando que a Diretoria do Cibrius já havia assumido compromisso para esta data, com reunião na PREVIC, visando discussão do processo de saldamento. Ficou o convite adiado para a próxima reunião. 2) **Estatuto Social da Conab.** O Sr. Luiz Antônio colocou em discussão, conforme acertado na reunião passada, que após reunião no DEST, fosse apresentado ao Conad. Entregue para os Conselheiros cópias das alterações a serem efetuadas no Estatuto. Esclareceu que a única pendência que existia, foi discutida, e que o entendimento do DEST é que a Conab passe a ter Assembléia Geral, onde terá um representante da PGFN. De acordo com o posicionamento do DEST, o assunto tratado na Assembléia deve ser ouvido por todos os órgãos do Governo afetos ao assunto, oferecendo uma decisão mais segura e firme sobre a questão, cujo entendimento é de uma melhoria de controle e de governança. Estamos aptos a dar o encaminhamento do processo, depois de submetido à deliberação desse Conselho. O Conselho aprovou a proposta e o encaminhamento ao MAPA para análise com encaminhamento posterior ao DEST. E nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Luiz Antonio de Castro, Chefe do Gabinete da Presidência, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.


MARIA EMÍLIA JABER

Presidente


RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

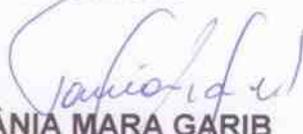
Conselheiro


CLEITON DOS SANTOS ARAÚJO

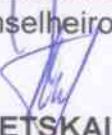
Conselheiro


CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

Conselheiro


TÂNIA MARA GARIB

Conselheira


TATIANA LIPOVETSKAIA PALERMO

Conselheira


LUIZ ANTÔNIO DE CASTRO

Secretário